



| Secretaria dos Transportes Metropolitanos

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**ANEXO V – PENALIDADES**

MINUTA

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**  
**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

## **APRESENTAÇÃO**

1.1 O presente ANEXO objetiva regular as penalidades contratuais, bem como definir as condutas infracionais e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções pelo descumprimento de outras obrigações previstas: (i) no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula 66.4 do CONTRATO; e (ii) na legislação e na regulação pertinentes, às quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

1.2 A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO observará, sempre, o procedimento previsto na Cláusula 66 do CONTRATO, de forma que o PODER CONCEDENTE poderá, além de aplicar a devida penalidade à CONCESSIONÁRIA, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

## **I. DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1 Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO, com destaque para a Cláusula 66, o EDITAL e os demais ANEXOS do CONTRATO, bem como a legislação aplicável.

2.2 Para os fins de aplicação das penalidades pertinentes, considera-se:

(i) **FORÇA MAIOR e CASO FORTUITO:** o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO, considerando o previsto na Cláusula 77 do CONTRATO.

(ii) **INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA:** a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa ou dolo por parte da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou todas as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

(a) Não configuram casos de INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA as infrações contratuais oriundas de descumprimento de obrigações por parte de SUBCONTRATADOS, fornecedores, funcionários, terceirizados ou empregados que tenham sido contratados pela CONCESSIONÁRIA. As relações entre estes e a CONCESSIONÁRIA têm natureza de direito privado, sendo que eventual impacto delas nas obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE implicará a regular incidência de penalidades, conforme previsto no EDITAL, no CONTRATO e em seus ANEXOS, ainda que a CONCESSIONÁRIA demonstre haver adotado todas as medidas que lhe caberiam para produzir resultado diverso.

(iii) FATO DA ADMINISTRAÇÃO: situação em que ação ou omissão do PODER CONCEDENTE incide direta e especificamente sobre as obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO, retardando, agravando ou impedindo a sua execução.

2.3 Nas situações em que comprovadamente ocorrerem hipóteses de FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO, INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA e/ou FATO DA ADMINISTRAÇÃO, não será aplicável penalidade contra a CONCESSIONÁRIA, desde que o evento, alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

2.3.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de FORÇA MAIOR e/ou CASO FORTUITO, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.

2.3.2. Será aplicável a penalidade à CONCESSIONÁRIA se verificado que, a despeito do evento de FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO, INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA e/ou FATO DA ADMINISTRAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA, podendo, não adotou todas as medidas ao seu alcance para fazer cessar a realização da conduta infracional típica, assim compreendidas as medidas que se mostrassem adequadas, suficientes e que lhe seriam razoavelmente exigíveis, hipótese na qual, para os fins de aplicação da correspondente penalidade, será considerada materializada a infração punível a partir do momento em que, pelas circunstâncias do caso concreto, fossem realizáveis as precitadas medidas. A CONCESSIONÁRIA poderá sofrer,

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetroplitano-TIM/Serviço Expresso**

cumulativamente, pelo descumprimento da mesma obrigação, a aplicação de penalidades e a redução de sua RECEITA TARIFÁRIA ou CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, em razão da incidência de INDICADORES DE DESEMPENHO, considerando que esses últimos não têm caráter sancionatório.

2.4 Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração dentre as previstas neste ANEXO, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

## **II. PENALIDADES EM ESPÉCIE**

### **3 ADVERTÊNCIA**

3.1 A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão: (a) do cometimento de infração contratual cujo valor na Tabela de Infrações do item 6 do presente ANEXO seja de até R\$ 40.000 (quarenta mil reais), ou (b) do valor determinado com base na sistemática do item 4.5 seja de até R\$ 40.000 (quarenta mil reais), devidamente atualizados nos mesmos termos do item 4.3 deste ANEXO, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- (i) a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa, no âmbito administrativo;
- (ii) a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado todas as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;
- (iii) a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
- (iv) não tenham sido causados danos significativos pela infração ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO CONCEDIDO e/ou aos PASSAGEIROS; e
- (v) não tenha sido verificada reincidência, conforme definição da Cláusula 66.11 do CONTRATO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**  
**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

## **4 MULTA**

4.1 Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula 66 do CONTRATO.

4.2 Nas hipóteses em que as infrações já estejam descritas e tipificadas na tabela deste ANEXO, os valores das penalidades respectivas já foram fixados, de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

4.3 A DATA BASE dos valores das multas estabelecidas neste ANEXO é a mesma prevista na Cláusula 3.2 do CONTRATO. Os valores deste ANEXO deverão ser reajustados quando da ocorrência de cada reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, com base na variação do IPCA, ocorrida entre o mês anterior à DATA BASE constante da Cláusula 3.2 e o mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.

4.3.1 Se for aplicada multa à CONCESSIONÁRIA previamente ao primeiro reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, o valor da multa deverá ser atualizado com base na variação do IPCA, ocorrida entre o mês anterior à data-base constante da Cláusula 3.2 e o mês anterior ao do cometimento da infração.

4.4 Os valores das multas previstas neste ANEXO, inclusive os arbitrados com base no item 4.5, serão multiplicados no caso de reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme conceito definido na Cláusula 66.11 do CONTRATO, sendo que o fator de multiplicação corresponderá ao número de reincidências cometidas dentro do período de 12 (doze) meses, quando se tratar de medição mensal, ou ao número de reincidências cometidas dentro do período de 03 (três) anos, quando se tratar de medição anual.

4.5 Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, ou na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada usando-se como referência os valores previstos para infrações de semelhante natureza e gravidade, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**  
**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos PASSAGEIROS ou aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- (iii) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- (iv) A presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos; e
- (v) Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência.

4.6 O valor base da multa, definido na Tabela de Infrações ou através da sistemática do item 4.5 deste ANEXO, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.

4.6.1 São consideradas circunstâncias atenuantes:

- (i) O comparecimento espontâneo da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE para informar a ocorrência de infração ainda não identificada pela fiscalização, reconhecendo sua responsabilidade;
- (ii) O reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa no âmbito administrativo, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade;
- (iii) O concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenham influência no resultado produzido; e
- (iv) Quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas pela CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa no âmbito administrativo.

4.6.2 As circunstâncias atenuantes previstas no item 4.6.1 ensejarão os seguintes descontos sobre as multas:

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

- (i) Atenuante prevista no item 4.6.1, inciso (i): Redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
  - (ii) Atenuante prevista no item 4.6.1, inciso (ii): Redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
  - (iii) Atenuante prevista no item 4.6.1, inciso (iii): Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
  - (iv) Atenuante prevista no item 4.6.1, inciso (iv): Redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.
- 4.6.3 A atenuante prevista no item 4.6.1, inciso (i), não se aplica às infrações qualificadas como “infrações por mora”, nos termos do item 4.11, que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos.
- 4.6.4 A eficácia das atenuantes previstas nos incisos (i) e (ii) do item 4.6.1 submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa.
- 4.6.5 São consideradas circunstâncias agravantes:
- (i) Ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé;
  - (ii) Não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo PODER CONCEDENTE;
  - (iii) Praticar a infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração; e
  - (iv) Resultarem da infração danos irreversíveis aos SERVIÇOS e/ou aos PASSAGEIROS.
- 4.6.6 As circunstâncias agravantes previstas no item 4.6.5 ensejarão os seguintes acréscimos sobre as multas:

PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso

- (i) Agravante prevista no item 4.6.5, inciso (i): Acréscimo de 30% sobre o valor base estabelecido para a multa;
- (ii) Agravante prevista no item 4.6.5, inciso (ii): Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- (iii) Agravante prevista no item 4.6.5, inciso (iii): Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
- (iv) Agravante prevista no item 4.6.5, inciso (iv): Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

4.6.7 Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:

- (i) a atenuante prevista no item 4.6.1, inciso (i), cumulativamente com a atenuante prevista no item 4.6.1, inciso (ii), prevalecendo a primeira;
- (ii) a atenuante prevista no item 4.6.1, inciso (iv), cumulativamente com a agravante prevista no item 4.6.5, inciso (ii), prevalecendo a agravante; e
- (iii) qualquer das atenuantes previstas no item 4.6.1, incisos (i), (ii) ou (iii), cumulativamente com alguma das agravantes previstas no item 4.6.5, incisos (i) ou (iii), prevalecendo a(s) agravante(s).

4.6.8 Caso determinada circunstância atenuante ou agravante constitua elemento do tipo da infração, descrita na Tabela de Infrações ou identificada com base na sistemática do item 4.5, ela não será aplicada na dosimetria da multa da correspondente infração.

4.7 A existência de vítima em razão de não cumprimento das Diretrizes Operacionais Mandatórias e/ou Diretrizes de Manutenção Mandatórias implicará a imposição de multa, por vítima, no valor da infração referida no item 73 da Tabela de Infrações.

4.8 As infrações previstas neste ANEXO são divididas em 3 (três) categorias: (i) infrações por violação pontual do CONTRATO; (ii) infrações por mora; e (iii) infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.

4.9 As **infrações por violação pontual do CONTRATO** são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no



PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso

CONTRATO ou em seus ANEXOS, mas a infração se exaure com a própria violação, não projetando seus efeitos no tempo.

4.9.1 Nesta hipótese, o PODER CONCEDENTE instaurará o correspondente processo administrativo sancionatório, notificando a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação do inadimplemento contratual e indicando o valor da penalidade correspondente.

4.9.2 O valor da penalidade, indicado na Tabela de Infrações, corresponde ao valor da multa devida a cada constatação de infração, ressalvados os efeitos próprios da reincidência e da incidência de atenuantes e agravantes, previstos no CONTRATO e neste ANEXO.

4.10 As **infrações por mora** são caracterizadas por refletirem um atraso da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de suas obrigações previstas em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, de modo que a infração persiste até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora.

4.10.1 Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA para que se proceda ao cumprimento imediato da obrigação inadimplida, indicando o valor da penalidade correspondente. A falta da notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do dever de purgar a mora verificada.

4.10.1.1 Nas situações em que presentes os requisitos previstos no item 3.1 deste ANEXO, o PODER CONCEDENTE, previamente à instauração do processo sancionatório, notificará a CONCESSIONÁRIA para que esta se manifeste quanto ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos (i) a (iii) do item 3.1. Cumpridos os requisitos, o PODER CONCEDENTE fixará um novo prazo para o cumprimento da obrigação, não superior ao inicialmente estabelecido.

4.10.1.2 Se adimplida a obrigação, será afastada a incidência da penalidade.

4.10.1.3 Superado o novo prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE, sem que a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido satisfatoriamente a obrigação, será retomado o processo sancionatório, considerando, para fins de cálculo do valor da penalidade, todo o prazo transcorrido desde o descumprimento da obrigação.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetroplitano-TIM/Serviço Expresso**

4.10.2 O valor da penalidade, indicado na Tabela de Infrações, corresponde ao valor da multa a cada mês completo em que perdurar a mora da CONCESSIONÁRIA, sendo a multa calculada pela multiplicação de 1/30 (um trigésimo) do valor previsto na Tabela de Infrações para cada dia em que a CONCESSIONÁRIA permanecer em mora, desde a data em que a obrigação deveria ter sido adimplida, ressalvados os efeitos próprios da reincidência e da incidência de atenuantes e agravantes, previstos no CONTRATO e neste ANEXO.

4.11 As **informações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo** são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, mas a infração não se exaure com a própria violação, projetando os seus efeitos no tempo até que a CONCESSIONÁRIA adote medidas para retornar à situação de regularidade contratual.

4.11.1 Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação da violação contratual e determinará a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas necessárias à regularização da situação, indicando o valor da penalidade correspondente à infração constatada e o valor da penalidade incidente por dia, até que a situação seja regularizada. A falta de notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do seu dever de regularizar a situação.

4.11.1.1 Nas situações em que presentes os requisitos previstos no item 3.1 deste ANEXO, o PODER CONCEDENTE, previamente à instauração do processo sancionatório, notificará a CONCESSIONÁRIA para que esta se manifeste quanto ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos (i) a (iii) do item 3.1. Cumpridos os requisitos, o PODER CONCEDENTE fixará um novo prazo para o cumprimento da obrigação, não superior ao inicialmente estabelecido.

4.11.1.2 Se adimplida a obrigação, será afastada a incidência da penalidade.

4.11.1.3 Superado o novo prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE, sem que a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido satisfatoriamente a obrigação, será retomado o processo sancionatório, considerando, para fins de cálculo do valor da penalidade, todo o prazo transcorrido desde o descumprimento da obrigação.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

4.11.2 O valor da penalidade, indicado na Tabela de Infrações, corresponde ao valor da multa devida a cada constatação de infração, com acréscimo de 1% (um por cento) sobre o valor previsto a cada dia, até que a situação seja regularizada, computando-se tal valor desde a data da ocorrência da infração até a data de sua regularização, sem prejuízo dos efeitos próprios da reincidência e da incidência de atenuantes e agravantes, previstos no CONTRATO e neste ANEXO.

4.12 A classificação das infrações prevista na Tabela de Infrações é indicativa do enquadramento de cada tipo infracional, dentre as categorias previstas no item 4.8, sem prejuízo da possibilidade de enquadramento em categoria distinta, ao longo do processo administrativo sancionatório, prevalecendo, sobre a classificação prevista na Tabela de Infrações, o conceito definido para uma das categorias definidas no item 4.8.

4.13 Aplica-se às infrações previstas no item 4.11 deste ANEXO o disposto na Cláusula 66.7 do CONTRATO, podendo, nos casos em que o PODER CONCEDENTE conceder período adicional para a correção de irregularidades, ser suspensa a incidência de acréscimo de 1% (um por cento) sobre o valor previsto na Tabela de Infrações, a cada dia, até que a situação seja regularizada.

4.14 Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA praticar ato que conduza à efetiva decretação da caducidade da CONCESSÃO, será aplicada a penalidade prevista no Item 101 da tabela do Item 6 deste ANEXO em substituição à penalidade prevista para o inadimplemento que levou à caducidade, ainda que haja previsão de penalidade específica para tal ato.

## **5 PENAS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

5.1 A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 82 da Lei Estadual nº 6.544/1998, quando decretada a caducidade da

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**  
**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

CONCESSÃO, considerando-se ainda as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- (iii) o dano resultante ao PODER CONCEDENTE, aos SERVIÇOS ou aos PASSAGEIROS;
- (iv) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- (v) a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- (vi) a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- (vii) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

5.2 A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos.

5.3 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.3.1 A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos prejuízos resultantes, desde que decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção.

## **6 TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES**

PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso

ITEM	INFRAÇÃO	CLÁUSULA DO CONTRATO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
<b>PLANOS E CERTIFICADOS</b>				
1	Deixar de submeter, implantar ou observar qualquer dos PLANOS OPERACIONAIS, com todos os planos que os compõem, no prazo estabelecido no CONTRATO.	12.3 e 12.9	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
2	Deixar de submeter, implantar ou observar qualquer dos PLANOS DE MANUTENÇÃO, no prazo estabelecido no CONTRATO.	12.3 e 12.9	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
3	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE INVESTIMENTOS, com todos os PLANOS que o compõem, no prazo estabelecido no CONTRATO.	13.2.5	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
4	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, no prazo estabelecido no CONTRATO.	70.4	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
5	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, no prazo estabelecido no CONTRATO.	35.5	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
6	Deixar de implantar ou observar o PLANO DE FINANCIAMENTO no CONTRATO.	11.3.3	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

7	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, no prazo estabelecido no CONTRATO.	11.3.2 e 45.1	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
8	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE REASSENTAMENTO, no prazo estabelecido no CONTRATO.	11.3.4	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
9	9.1 - Deixar de implantar sistema de gestão de qualidade, em conformidade com a Norma NBR ISO 9001, nos processos de OPERAÇÃO e manutenção objeto do CONTRATO, e/ou de obter sua certificação por organismo certificador acreditado pelo INMETRO ou por outro organismo legalmente reconhecido, no prazo estabelecido no CONTRATO.	21.4	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
	9.2. Perder, a qualquer momento ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, a certificação a que alude o Item 9.1 acima.	21.4	R\$ 200.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: obtenção da certificação exigida.
10	10.1. Deixar de demonstrar ao PODER CONCEDENTE, no prazo previsto no CONTRATO, habilitação	21.7.4	R\$ 40.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	formal para execução dos serviços de manutenção previstos no CONTRATO, conforme exigido pela legislação em vigor, incluindo a regulamentação expedida por órgãos de controle municipal, bem como aquelas relacionadas à detecção e extinção de incêndio, previstas em normas regulamentadoras específicas da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.			Regularização: demonstração da habilitação formal.
	10.2. Deixar de obter, manter vigentes e renovar as licenças, autorizações, permissões, certidões, habilitações e alvarás em nome da CONCESSIONÁRIA, necessárias para execução do CONTRATO.	26 e 41.1.33	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
	10.3. Deixar de apresentar, no prazo solicitado pelo PODER CONCEDENTE, as licenças, autorizações, permissões, certidões, habilitações e alvarás em nome da CONCESSIONÁRIA, necessárias para execução do CONTRATO.	41.1.114	R\$ 20.000,00	II – Infração por mora.
11	Alterar, atualizar ou revisar os PLANOS OPERACIONAIS, os PLANOS DE MANUTENÇÃO, o PLANO	21.2.1.3 e 35.5.1	R\$ 200.000,00	II – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	DE INVESTIMENTOS ou o PLANO DE RECEITAS ACESSÓRIAS sem submissão ao PODER CONCEDENTE.			Regularização: (i) obtenção da aprovação do PODER CONCEDENTE; ou (ii) desconstituição da alteração, atualização ou revisão.
12	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS, no prazo estabelecido no CONTRATO.	11.3.7 ANEXO IV.E do CONTRATO	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
13	Deixar de submeter, implantar ou observar a ANÁLISE DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS, no prazo estabelecido no CONTRATO.	11.3.8 ANEXO IV.E do CONTRATO	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
14	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, no prazo estabelecido no CONTRATO.	11.3.9 ANEXO IV.E do CONTRATO	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
<b>REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA</b>				
15	Atrasar os marcos de início para realização de algum dos EMPREENDIMENTOS previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, alterando a data final dos marcos previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS originais, observado o ANEXO II.G do CONTRATO.	14.3.4, 20.6 e 41.1.32	Advertência, passando para multa de R\$ 200.000,00 na hipótese de reincidência.	II – Infração por mora.



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

16	16.1. Descumprir prazo intermediário previsto nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS para realização de algum dos EMPREENDIMENTOS, caso o PODER CONCEDENTE não concorde com nova programação proposta pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 66.8 do CONTRATO, observado o ANEXO II.G do CONTRATO.	20.6.1 e 66.8	Advertência, passando para multa de R\$ 40.000,00 na hipótese de reincidência.	II – Infração por mora.
	16.2 Descumprir nova programação aceita pelo PODER CONCEDENTE para execução de prazo intermediário previsto nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS para realização de EMPREENDIMENTOS, nos termos da Cláusula 66.8 do CONTRATO, observado o ANEXO II.G do CONTRATO.	66.8 e 66.8.6	Advertência, passando para multa de R\$ 40.000,00 na hipótese de reincidência.	II – Infração por mora.
17	Atrasar os marcos de término para realização de algum dos EMPREENDIMENTOS previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, observado o ANEXO II.G do CONTRATO.	14.3.4, 20.6 e 41.1.32	R\$ 200.000,00	II – Infração por mora.
<b>ASSUNÇÃO DO SERVIÇO/TRANSFERÊNCIA DA POSSE DOS BENS PÚBLICOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

18	Descumprir o prazo máximo fixado no CONTRATO de duração da FASE PRÉ-OPERACIONAL da INFRAESTRUTURA EXISTENTE e da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, independentemente da concordância do PODER CONCEDENTE com eventual prorrogação, ressalvada a hipótese de o descumprimento ser decorrente de fato ou ato imputável ao PODER CONCEDENTE.	10.2.1, III, 12.1 e 12.7	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
19	Deixar de apresentar o quadro técnico das equipes de operação e de manutenção escaladas para o treinamento realizado na FASE PRÉ-OPERACIONAL DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, no prazo fixado no CONTRATO.	11.3.6	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
20	Deixar de assinar o TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE e/ou o TERMO DE ENTREGA DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE no prazo fixado no CONTRATO.	12.4	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

21	Deixar de iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS após a emissão da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL.	12.6.1, 12.10.1 e 15.1	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
<b>PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS</b>				
22	Deixar de preservar a atualidade e modernidade na prestação dos SERVIÇOS, na forma detalhada na Cláusula 25 do CONTRATO.	25	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
<b>PROPRIEDADE DO PROJETO, DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DOS DIREITOS RELATIVOS À REDE METROVIÁRIA</b>				
23	Deixar de ceder, sem ônus e definitivamente, ao PODER CONCEDENTE, à CPTM e às futuras SUCESSORAS, licença para usar estudos, projetos e outros trabalhos intelectuais criados e utilizados ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, ou direitos de propriedade intelectual, nos termos previstos no CONTRATO.	25.2	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: transferência ao PODER CONCEDENTE, à CPTM ou às futuras SUCESSORAS, das licenças ou direitos faltantes.
24	Descumprir a obrigação de garantir que todos os sistemas supervisores, de automação e de controle operacional sejam de código aberto, ou de franquear acesso aos respectivos	25.3	R\$ 4.000.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: disponibilização ao PODER CONCEDENTE e/ou à CPTM de acesso aos códigos dos sistemas.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	códigos ao PODER CONCEDENTE e à CPTM.			
25	Utilizar a documentação técnica relativa à CONCESSÃO PATROCINADA, especialmente aos BENS REVERSÍVEIS, para fins diversos dos previstos no CONTRATO.	25.5	R\$ 400.000,00	<p>Se a utilização caracterizar situação pontual: I – infração por violação pontual do CONTRATO.</p> <p>Se a utilização perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: cessar a utilização indevida.</p>
26	Deixar de disponibilizar ao PODER CONCEDENTE cópia digital de toda a documentação gerada com a implantação da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, a aquisição de MATERIAL RODANTE e a prestação dos SERVIÇOS, assim como alterações na referida documentação no decorrer da OPERAÇÃO.	25.7	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
<b>LICENCIAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL</b>				
27	Deixar de cumprir exigências estabelecidas nas licenças ambientais obtidas pela CONCESSIONÁRIA ou transferidas pelo PODER CONCEDENTE, observado o disposto na Cláusula 26 do CONTRATO.	26.1.3, 26.7.1, 41.1.36 e 41.1.39	R\$ 400.000,00	<p>III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: obtenção das licenças ambientais.</p>

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetroplitano-TIM/Serviço Expresso**

28	28.1. Deixar de obter as licenças ambientais de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, necessárias à execução do CONTRATO.	13.2.2, 26.1, 41.1.33 e 41.1.37	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
	28.2. Deixar de manter vigentes ou renovar todas as licenças ambientais necessárias à execução do CONTRATO.	26.1, 26.7.2, 41.1.33 e 41.1.37	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
29	Deixar de implantar sistema de gestão ambiental, observadas as condições constantes do CONTRATO e do Anexo IV do CONTRATO.	26.6	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
<b>RECEITAS ACESSÓRIAS</b>				
30	Deixar de comunicar previamente ao PODER CONCEDENTE o início da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS previstas no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS ou de encaminhar ao PODER CONCEDENTE minutas de contratos a serem firmados ou outros documentos pertinentes, contendo as informações exigidas no CONTRATO.	35.7	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
31	Explorar ou auferir RECEITA ACESSÓRIA não prevista no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS.	35	R\$ 400.000,00	Se a utilização caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do CONTRATO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**  
**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

				<p>Se a utilização perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: cessar a atividade não aprovada.</p>
32	Deixar de depositar a integralidade das RECEITAS ACESSÓRIAS auferidas ou arrecadadas na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS.	35.12	R\$ 1.000.000,00	II – Infração por mora.
33	Deixar de encaminhar ao PODER CONCEDENTE, no prazo previsto no CONTRATO, relatório contemplando o detalhamento dos valores arrecadados a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, cópia das faturas e instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO.	35.10	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
34	Explorar direta ou indiretamente fontes alternativas e complementares de receita ou explorar comercialmente projetos ou empreendimentos associados na ÁREA DA	35.1	R\$ 400.000,00	<p>Se a utilização caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do CONTRATO.</p> <p>Se a utilização perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do CONTRATO</p>

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	CONCESSÃO que comprometam a segurança da operação e os padrões de qualidade dos SERVIÇOS.			cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: cessar a exploração da atividade ou da publicidade irregular.
35	Descumprir a obrigação de celebração, por escrito, de todos os contratos de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.	35.7	R\$ 40.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo  Regularização: formalizar por escrito/apresentar ao PODER CONCEDENTE todos os contratos de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.
36	Celebrar contrato de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS por prazo superior ao PRAZO DA CONCESSÃO, sem autorização prévia e expressa do PODER CONCEDENTE.	35.15	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (i) obter a anuência do PODER CONCEDENTE, após cumprir as condicionantes do CONTRATO; ou (ii) rescindir o contrato, ou alterar sua vigência para observar o PRAZO DA CONCESSÃO.
<b>FINANCIAMENTO</b>				
37	37.1. Oferecer direitos emergentes da CONCESSÃO como garantia de operações e financiamentos, sem a anuência prévia e expressa do PODER CONCEDENTE.	62.9.3.1	R\$ 4.000.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (i) desonerar os direitos emergentes da CONCESSÃO no contrato de financiamento; ou (ii) obter, se

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

				possível, a anuência do PODER CONCEDENTE.
	37.2. Dar ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, em garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa pelo PODER CONCEDENTE	62.9	R\$ 4.000.000,00	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo Regularização: (i) desonerar as ações ou os direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA no contrato de financiamento; ou (ii) obter, se possível, a anuência do PODER CONCEDENTE
<b>BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, REVERSÃO E TRANSIÇÃO</b>				
38	Deixar de manter os BENS INTEGRANTES em bom estado de conservação, em pleno funcionamento e em segurança.	8.4 e 8.5	De R\$ 40.000,00 a R\$ 4.000.000,00, a depender da gravidade da conduta e do valor dos bens envolvidos.	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: adequar as condições de uso, conservação e segurança dos BENS INTEGRANTES.
39	Deixar de manter o INVENTÁRIO atualizado, com todas as informações exigidas e na forma prevista no CONTRATO.	8.7, 8.11 e 78.4	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
40	Deixar de registrar os BENS INTEGRANTES na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo sua distinção em relação aos bens exclusivamente privados, observadas as normas contábeis vigentes e o CONTRATO.	8.7	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**

**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

41	Tentar ou consumir fraude na caracterização dos BENS INTEGRANTES no INVENTÁRIO, mediante dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA.	8.11.1	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: apresentar ao PODER CONCEDENTE o INVENTÁRIO devidamente regularizado.
42	Alienar, transferir a terceiros ou constituir ônus, de qualquer natureza, sobre os BENS REVERSÍVEIS sem a anuência prévia do PODER CONCEDENTE, exceto nos casos previstos na Cláusula 8.13 do CONTRATO.	8.13	De R\$ 40.000,00 a R\$ 4.000.000,00, a depender da gravidade da conduta e do valor dos bens envolvidos.	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (i) adquirir novos bens, equivalentes ou de qualidade superior àqueles indevidamente alienados; (ii) desonerar os bens indevidamente onerados; ou (iii) quando possível, obter anuência do PODER CONCEDENTE para o ato de alienação, transferência ou oneração.
43	Deixar de mencionar expressamente a vinculação dos BENS REVERSÍVEIS à CONCESSÃO PATROCINADA nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que os envolvam.	8.12.3	R\$ 40.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: adoção das medidas necessárias para que, ainda que extemporaneamente, seja indicada a vinculação à CONCESSÃO.
44	Utilizar ou dispor dos BENS INTEGRANTES fora das hipóteses previstas no CONTRATO.	8.13	R\$ 400.000,00	Se a utilização caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do CONTRATO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**  
**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

				<p>Se a utilização perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: cessar a utilização ou disponibilização indevida.</p>
45	<p>Deixar de reverter ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, nas condições previstas no CONTRATO, bem como todos os direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO PATROCINADA, quando de sua extinção.</p>	78	R\$ 4.000.000,00	<p>III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: adotar as medidas necessárias à reversão dos BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.</p>
46	<p>Realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuição de valores a qualquer título entre acionistas da CONCESSIONÁRIA antes que o PODER CONCEDENTE emita o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, atestando que os bens revertidos se encontram em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das</p>	79.9	R\$ 4.000.000,00	<p>III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: (i) obter a restituição do valor ou patrimônio dos acionistas; (ii) obter a atestação do PODER CONCEDENTE quanto às condições dos bens revertidos.</p>

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.			
47	Deixar de apresentar relatórios cumulativos de acompanhamento de falhas de todos os sistemas e do MATERIAL RODANTE com o conteúdo e no prazo previstos no CONTRATO.	8.14.1	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
<b>CONCESSIONÁRIA</b>				
48	Descumprir o CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ou deixar de fazer novos aportes de capital na CONCESSIONÁRIA na hipótese tratada na Cláusula 36.3.3.2 do CONTRATO.	36.3.2 e 36.3.3.2	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
49	Modificar a composição societária da CONCESSIONÁRIA, implicando a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE, sem prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE, nas situações em que exigida no CONTRATO.	37.1	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (i) adoção das medidas previstas no CONTRATO; ou (ii) obtenção de anuência do PODER CONCEDENTE, quando possível.
50	Praticar os atos previstos nas Cláusulas 65.1 e 65.6 ou outros dispositivos aplicáveis do CONTRATO sem obter a prévia anuência do PODER	65.1 e 65.6	R\$ 200.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	CONCEDENTE ou sem comunicá-lo posteriormente, no prazo previsto no CONTRATO, conforme o caso, quando não houver outro tipo infracional específico que se aplique ao caso.			Regularização: comunicação ao PODER CONCEDENTE.
51	Deixar de instituir o PROGRAMA DE CONFORMIDADE no prazo e na forma previstos no CONTRATO.	38.1	R\$ 200.000,00	II – Infração por mora.
52	Não desenvolver, publicar e implantar POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, no prazo definido no CONTRATO	36.8	R\$ 200.000,00	II – Infração por mora.
53	Não cumprir os prazos relativos a transações com PARTES RELACIONADAS previstos na POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS a ser desenvolvida pela CONCESSIONÁRIA.	36.10 e 36.11	R\$ 40.000,00	I – Infração por violação pontual doo CONTRATO.
<b>OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				
54	Descumprir a obrigação de prestar os SERVIÇOS com continuidade e de forma adequada aos PASSAGEIROS, em observância ao previsto no CONTRATO e em seus ANEXOS.	5.6 e 41.1.1	R\$ 4.000.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: retomar as atividades objeto da CONCESSÃO que foram interrompidas e/ou tornar a executá-las de forma adequada

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**

**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

				ao pleno atendimento dos PASSAGEIROS.
55	Deixar de apresentar, anualmente, os procedimentos de manutenção revisados, para vigorar no ano subsequente, de todos os sistemas de equipamentos fixos, VIA PERMANENTE, MATERIAL RODANTE e edificações, compatíveis com os PLANOS DE MANUTENÇÃO.	21.7.2	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
56	Deixar de disponibilizar ao PODER CONCEDENTE a programação semanal detalhada da execução das atividades dos PLANOS DE MANUTENÇÃO.	21.7.3	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
57	Deixar de subsidiar o VERIFICADOR INDEPENDENTE com informações necessárias para apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO.	29.6.5	R\$ 200.000,00	II – Infração por mora.
58	Operar com intervalos acima dos definidos no ANEXO III.A.	Anexo III.A do CONTRATO	R\$ 40.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.  Configura-se a reincidência caso constatada a mesma ocorrência, observado o prazo mínimo de 1 (um) hora da ocorrência anterior

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

59	Operar com lotação acima do definido no ANEXO III.A.	Anexo III.A do CONTRATO	R\$ 40.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.  Configura-se a reincidência caso constatada a mesma ocorrência, observado o prazo mínimo de 1 (um) hora da ocorrência anterior
60	Não manter limpas as estações e suas dependências, bem como equipamentos de uso público, inclusive as partes externas e internas dos trens, bem como os elevadores e vias.	41.1.103 e Anexo III.A do CONTRATO	Advertência.  Na reincidência dentro do período de 3 (três) meses, multa de R\$ 40.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
61	61.1 Não implantar, antes do início da OPERAÇÃO COMERCIAL de cada SERVIÇO, mecanismos de controle de fraudes no uso dos SERVIÇOS sem o pagamento, quando devido, da TARIFA PÚBLICA e da TARIFA DO EXPRESSO.	41.1.94 e 41.1.115	R\$ 400.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.  Será caracterizada a reincidência se a CONCESSIONÁRIA, no prazo que vier a ser definido pelo PODER CONCEDENTE após a constatação da infração, não implantar mecanismo.
	61.2 Praticar conduta inadequada, deixando de coibir prática fraudulenta pelos PASSAGEIROS, contrária ao dever de pagamento da TARIFA PÚBLICA definida para o SERVIÇO LINHA 7 e para o SERVIÇO TIM, bem como da TARIFA DO EXPRESSO definida para o SERVIÇO		R\$ 40.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	EXPRESSO, quando exigíveis tais pagamentos.			
	61.3 Viabilizar ou facilitar a prática de conduta fraudulenta pelos PASSAGEIROS, contrária ao dever de pagamento da TARIFA PÚBLICA definida para o SERVIÇO LINHA 7 e para o SERVIÇO TIM, bem como da TARIFA DO EXPRESSO definida para o SERVIÇO EXPRESSO, quando exigíveis tais pagamentos.		R\$ 1.000.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
64	Não atender aos eventos geradores de alta demanda, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO III.E.	41.1.108	R\$ 400.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
65	Não prestar atendimento de primeiros socorros aos PASSAGEIROS que, na área operacional da CONCESSIONÁRIA, necessitem de socorro de emergência, ou deixar de removê-los, quando necessário, para órgãos de saúde pública ou conveniados.	41.1.56	R\$ 100.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
66	Não atuar na prevenção e repressão de crimes e contravenções na ÁREA DA CONCESSÃO, ou deixar de registrar as ocorrências nas dependências da CONCESSIONÁRIA.	41.1.117	R\$ 40.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

67	Não coibir comportamentos inadequados dos PASSAGEIROS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas, bem como no ANEXO III.E do CONTRATO.	ANEXO III.E	R\$ 40.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
68	Deixar de desenvolver, implantar e manter um sistema informatizado de gestão da operação e de manutenção, no prazo definido no CONTRATO.	12.3	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
69	Deixar de cumprir planos e/ou procedimentos de manutenção e normas técnicas, levando equipamentos, sistemas, PASSAGEIROS e colaboradores à condição de risco.	19.3	R\$ 100.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
70	Não dar o pronto atendimento para as manutenções corretivas nos casos de inoperância de equipamento, conforme prazos estabelecidos nos PLANOS DE MANUTENÇÃO.	21.7	R\$ 100.000,00	II – Infração por mora.
71	Não observar as condições e a periodicidade para as manutenções preventivas definidas nos PLANOS DE MANUTENÇÃO.	21.7	R\$ 200.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
<b>OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCESSIONÁRIA</b>				



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

72	Não manter, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à prestação do SERVIÇO CONCEDIDO, nos termos do CONTRATO.	37.2.6 e 41.1.51	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: comprovar a manutenção das condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à prestação dos SERVIÇOS, nos termos do CONTRATO.
73	Não cumprir as determinações operacionais dos sistemas metropolitanos de transporte público de passageiros.	41.1.12	R\$ 400.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
74	Deixar de informar à população e aos PASSAGEIROS, quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE, sempre que houver alteração da TARIFA PÚBLICA, no caso dos SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, ou da TARIFA DO EXPRESSO, no caso do SERVIÇO EXPRESSO, o seu novo valor e a data de vigência.	41.1.76	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
75	Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes da execução do CONTRATO, bem como aquelas previstas no CONTRATO, ou deixar de	24.12, 39.6, 41.1.44 a 41.1.47, 41.1.53, 41.1.65, 41.1.68, 47.1.50,	R\$ 40.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: comprovar o atendimento à obrigação

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	comprovar seu cumprimento ao PODER CONCEDENTE.	60.11.3, 60.17.7, 73.6 e 73.10		tributária e/ou trabalhista inadimplida.
76	Não submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, se contiverem dispositivo de conversão em ações que implique alteração no controle da sociedade ou se tiverem como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador da SPE.	65.1.12	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (i) paralisar o processo de emissão de títulos e/ou valores mobiliários; ou (ii) obter, se possível, a anuência do PODER CONCEDENTE.
77	Não apresentar ao PODER CONCEDENTE relatório sobre o estágio das negociações dos contratos de financiamento e das condições dos instrumentos jurídicos relativos aos EMPREENDIMENTOS e à aquisição de MATERIAL RODANTE e de sistemas, nos termos do CONTRATO.	41.1.90	R\$ 400.000,00	II – Infração por mora.
78	Não comunicar imediatamente ao PODER CONCEDENTE, ou não adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse paleológico ou arqueológico, bem como superveniências de caráter	40.1.81	R\$ 400.000,00	Se a infração for caracterizada apenas pela falta de comunicação: II – Infração por mora.  Se a infração for caracterizada pela ausência de adoção das providências pertinentes: III – Infração por violação do

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	ambiental ou de INTERFERÊNCIAS com outras concessionárias de serviços públicos.			contrato cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: adotar as providências pertinentes ao tratamento da ocorrência identificada.
79	Não apresentar, no prazo previsto no CONTRATO, as demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável.	64.9.7	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
80	Não divulgar adequadamente ao público em geral, e ao PASSAGEIRO em particular, a adoção de procedimentos especiais, na ocorrência de situações excepcionais.	41.1.77	R\$ 400.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
81	Se negar a refazer, adequar ou corrigir, direta ou indiretamente, sem ônus ao PODER CONCEDENTE ou à prestação dos SERVIÇOS, toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e ANEXOS, observando os prazos	41.1.4	R\$ 200.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: comprovar a adoção de medidas voltadas à adequação ou correção do vício constatado pelo PODER CONCEDENTE.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	definidos pelo PODER CONCEDENTE.			
82	Não obter e manter, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, o AVCB para toda a infraestrutura relacionada ao objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, bem como todas as demais licenças e alvarás necessários à execução das atividades de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.	41.1.37	R\$ 100.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: comprovar a obtenção do AVBC, licença e/ou alvará.
83	Não publicar as demonstrações financeiras periodicamente, nos termos da legislação aplicável e do CONTRATO.	41.1.48 e 64.9.6	R\$ 40.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: comprovar a publicação legalmente exigida.
84	Não oferecer aos PASSAGEIROS quaisquer dos canais de comunicação previstos no CONTRATO e seus ANEXOS.	41.3 e 44.1.4	R\$ 40.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: oferecer aos PASSAGEIROS todos os canais de comunicação previstos no CONTRATO.
85	Não instituir e/ou não manter uma ouvidoria permanente com as atribuições previstas no CONTRATO.	41.3	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: oferecer aos PASSAGEIROS o serviço de ouvidoria permanente.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**

**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

86	Descumprir qualquer obrigação decorrente do dever de sigilo ou de restrição à divulgação e publicidade de informações previstas no CONTRATO.	44.3 e subitens	R\$ 400.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
87	Deixar de depositar na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO a TARIFA DO EXPRESSO paga pelos PASSAGEIROS.	31.2	R\$ 1.000.000,00	II – Infração por mora.
<b>INVESTIMENTOS ADICIONAIS E INVESTIMENTOS CONTINGENTES</b>				
88	Recusar-se, sem respaldo no CONTRATO, a tomar as medidas de sua alçada para inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS no objeto da CONCESSÃO.	52 a 54	R\$ 200.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: tomar as providências necessárias de sua alçada para inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e dos INVESTIMENTOS CONTINGENTES no objeto da CONCESSÃO.
89	89.1. Recusar-se a tomar as medidas de sua alçada para inclusão no objeto da CONCESSÃO de INFRAESTRUTURA INCORPORADA, nas condições da Cláusula 55.6 do CONTRATO.	55.6	R\$ 200.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: tomar as providências necessárias de sua alçada para inclusão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA no objeto da CONCESSÃO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	89.2 Deixar de proceder às correções necessárias nas obras relativas à INFRAESTRUTURA INCORPORADA, nos termos das Cláusulas 55.12.1.1 e 55.12.1.2 do CONTRATO.	55.12.1.1 e 55.12.1.2	R\$ 200.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: realizar as correções necessárias nas obras.
	89.3 Deixar de operar, manter ou conservar a INFRAESTRUTURA INCORPORADA acrescida ao objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.	55.14	R\$ 200.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: realizar o serviço deficiente.
	89.4 Deixar de submeter ao PODER CONCEDENTE planejamento para gestão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA ou deixar de realizar os ajustes necessários nos seguros.	55.15	R\$ 40.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: submeter o planejamento para gestão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA ou realizar os ajustes necessários nos seguros.
90	Descumprir os prazos de início da execução de INVESTIMENTO ADICIONAL.	41.1.7	Advertência, passando para multa de 1% do valor do INVESTIMENTO ADICIONAL.	II – Infração por mora.
91	Descumprir os prazos de término da execução de INVESTIMENTO ADICIONAL.	41.1.7	1% do valor do INVESTIMENTO ADICIONAL	II – Infração por mora.
<b>GARANTIA DE EXECUÇÃO E SEGUROS</b>				

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

92	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO válida, vigente e nas condições previstas no CONTRATO, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.	41.1.31 e 60	R\$ 1.000.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: oferecer garantia de execução válida, nas condições previstas no CONTRATO.
93	93.1 Não fornecer ao PODER CONCEDENTE, no prazo por ele determinado, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.	41.1.86, 41.1.117 e 59	R\$ 100.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: oferecer ao PODER CONCEDENTE o certificado exigido.
	93.2 Não contratar, renovar, atualizar ou manter vigentes os seguros, na forma exigida no CONTRATO.	41.1.86 e 59	R\$ 1.000.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: emitir os seguros nos termos exigidos no CONTRATO.
<b>FISCALIZAÇÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO</b>				
94	Criar empecilhos, não colaborar com ou descumprir as determinações do PODER CONCEDENTE no tocante ao exercício de seu poder de fiscalização.	41.1.18, 41.1.19, 41.1.21, 41.1.22, 64.2 e 64.9	R\$ 100.000,00	Se a fraude caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do CONTRATO.  Se a fraude perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: adotar as medidas necessárias para



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

				viabilizar o exercício da fiscalização.
95	Descumprir a obrigação de contratar ou substituir o AUDITOR INDEPENDENTE ou o VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos e prazos previstos no CONTRATO e em seus ANEXOS, ou a obrigação de apresentar as listas para avaliação do PODER CONCEDENTE.	23 e Anexo II.E do CONTRATO-	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
96	Não fornecer credenciais/senha para usuário representante do PODER CONCEDENTE para acesso às informações e a documentos, ou eventual realização de auditorias, nos termos previstos no CONTRATO.	62.6.2	R\$ 40.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
<b>SUBCONTRATAÇÃO E SUBCONCESSÃO</b>				
97	Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO PATROCINADA em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	39	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (i) extinguir o contrato com terceiro; ou (ii) se possível, obter a anuência do PODER CONCEDENTE.
98	Rescindir antecipadamente o contrato do OPERADOR SUBCONTRATADO, em	39.2.1.4 e 39.3	R\$ 10.000.000,00	II – Infração por mora.



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	desconformidade com o disposto no CONTRATO.			
99	Não obter documento endossado e atestado pelo OPERADOR SUBCONTRATADO declarando que está apta à OPERAÇÃO COMERCIAL sem qualquer supervisão técnica, no prazo estabelecido no CONTRATO.	39.4	R\$ 1.000.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: prorrogar o prazo de vigência do CONTRATO com o OPERADOR SUBCONTRATADO.
100	Efetuar ou permitir qualquer tipo de sub-concessão em relação aos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.	49.7	R\$ 4.000.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: extinguir a sub-concessão.
<b>CADUCIDADE</b>				
101	Praticar ato que conduza, efetivamente, à decretação de caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA.	73.7.5	50.000.000,00.	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
<b>ITEM</b>	<b>INFRAÇÃO</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>VALOR</b>	<b>CATEGORIA DA INFRAÇÃO</b>
<b>ANEXO II.E – Apoio Técnico, Auditor Independente e Verificador Independente</b>				
102	Não apresentar ao PODER CONCEDENTE pelo menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para seleção do APOIO TÉCNICO, do AUDITOR INDEPENDENTE e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, no prazo e	ANEXO II.E DO CONTRATO	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	condições definidos no ANEXO II.E do CONTRATO.			
103	Não firmar os respectivos contratos com o APOIO TÉCNICO, o AUDITOR INDEPENDENTE e o VERIFICADOR INDEPENDENTE nos prazos definidos no CONTRATO e no ANEXO II.E do CONTRATO.	Cláusula 11.3.1 do CONTRATO e ANEXO II.E DO CONTRATO	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
104	Deixar de contratar a empresa ou consórcio de empresas para atuar como APOIO TÉCNICO, AUDITOR INDEPENDENTE ou VERIFICADOR INDEPENDENTE que tenha sido selecionada pelo PODER CONCEDENTE	ANEXO II.E DO CONTRATO	R\$ 40.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: adotar as medidas necessárias para realizar a contratação.
105	Não atender ao prazo estabelecido para o início do procedimento de seleção de novo APOIO TÉCNICO, AUDITOR INDEPENDENTE e VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme disposto no Anexo II.E do CONTRATO.	ANEXO II.E DO CONTRATO	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
<b>Anexo III.A – Plano Operacional</b>				
107	Não disponibilizar ao PODER CONCEDENTE sistema informatizado de gestão e manutenção, nas condições	ANEXO III.A DO CONTRATO	R\$ 400.000,00	III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.

	previstas no ANEXO III.A do CONTRATO			Regularização: prover o sistema ao PODER CONCEDENTE.
<b>Anexo III.B – Diretrizes de Transição Operacional e de Manutenção</b>				
108	Não ressarcir à CPTM valores referentes a energia consumida, nos termos do disposto no ANEXO III.B do CONTRATO.	ANEXO III.B DO CONTRATO	R\$ 40.000,00	II – Infração por mora.
<b>Anexo III.D – Indicadores de Desempenho e Regras de Cálculo dos Descontos</b>				
109	Reincidir em uma performance aquém do desempenho mínimo, com nota 0,0 (zero), em um mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO, por 3 (três) meses sequenciais, conforme disposto no ANEXO III.D do CONTRATO.	ANEXO III.D DO CONTRATO	R\$ 100.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
110	Não atingir a performance do desempenho mínimo, com nota 0,0 (zero), em um mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO, por 6 (seis) meses quaisquer, durante um intervalo de 12 (doze) meses, conforme disposto no ANEXO III.D.	ANEXO III.D do CONTRATO	R\$ 100.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.
111	Em qualquer mês, for atribuída nota 0,0 (zero) a mais de 50% (cinquenta por cento) dos INDICADORES DE DESEMPENHO,	ANEXO III.D DO CONTRATO	R\$ 100.000,00	I – Infração por violação pontual do CONTRATO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**

**PPP – TIC Eixo Norte**

**Linha 7-Rubi/Trem Intermetropolitano-TIM/Serviço Expresso**

	conforme disposto no ANEXO III.D.			
<b>Anexo VI – Acordo Tripartite</b>				
112	Durante o PERÍODO DE EXERCÍCIO, impedir ou agir no sentido de impedir que a totalidade dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, da RECEITA TARIFÁRIA e de RECEITAS ACESSÓRIAS que seriam devidos à CONCESSIONÁRIA sejam transferidos das CONTAS DA CONCESSÃO para conta destinada à reestruturação da CONCESSIONÁRIA.	ANEXO VI DO CONTRATO	R\$ 4.000.000,00	<p>III – Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: cessar a ação que visa a impedir a transferência dos valores e/ou agir no sentido de regularizar a transferência.</p>